

Como jovens ex-secundaristas se mantêm mobilizados em defesa da educação pública paulista

Este trabalho tem como objetivo apresentar nexos entre reformas neoliberais na educação da rede pública estadual paulista e a formação de militância política entre jovens da cidade de São Paulo que, desde o movimento de ocupação das escolas contrário à política de reorganização escolar (2015 e 2016), se dedicam ao debate da educação pública. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que parte de estudo documental e bibliográfico sobre a política educacional paulista a partir de 2015 e seus efeitos, com especial atenção para a emergência de novas formas de militância e ação coletiva de resistência ao modelo da educação pública no estado. Destacam-se três categorias de militância protagonizadas por jovens ex-secundaristas da cidade de São Paulo e região metropolitana. A saber: grupo artístico, coletivo de comunidade local e ativismo. A partir da análise de suas formas de ação e percepção em relação à política educacional no estado, busca-se compreender as novas formas de resistências entre os atores enfocados. Partindo da hipótese de que as novas manifestações de resistência são respostas ao contexto da última década no campo da Educação paulista, marcado por políticas gerencialistas, este trabalho busca trazer dados das políticas de educação do Estado, orientadas pela lógica neoliberal, e resultados de entrevistas sobre as percepções e formas de ação dos jovens que se organizam contra as políticas na área da educação.

Palavras-Chave: Educação. Gerencialismo. Resistência.

Resumo Expandido:

Este trabalho tem como objetivo apresentar resultados parciais de um estudo sociológico sobre deslocamentos de experiências de luta em defesa da escola pública, iniciadas em 2015 pela atuação do movimento secundarista de São Paulo, para outras formas de militância política pela educação pública no estado. Trata-se de uma pesquisa sobre trajetórias de militância pela educação, iniciadas no contexto do movimento de ocupações das escolas em 2015. Tendo em vista as políticas mais recentes da educação paulista, marcadas pela lógica gerencialista e neoliberal, esta pesquisa visa contribuir para o conhecimento a respeito das ações de resistência e oposição que podem ser observadas entre atores críticos à educação pública no estado.

Para isso, me dedico a analisar processos sociais e políticos de formação de três categorias de análise: grupos militantes, coletivos e ativismos em defesa da educação pública paulista, entendidos como desdobramentos do conflito entre governo e estudantes secundaristas no contexto iniciado a partir do biênio 2015 e 2016. São jovens que

assumem o papel de atores políticos e se dedicam ao tema da educação, porém, fora dos espaços da escola, por meio de ativismo, formação de coletivos e grupos artísticos.

Seguindo resultados de estudo anterior (RAMOS, 2020), a formação política dos jovens foi uma importante consequência do movimento de ocupações das escolas. A experiência diária nas ocupações e nas manifestações de rua, que incluiu importante apoio de diferentes seguimentos da sociedade civil (MEDEIROS, JANUÁRIO, MELO, 2019) e conflitos com a polícia militar, gestores e parcelas conservadoras da população paulista (PATTA, 2017; TAVOLARI *et al.*, 2018), favoreceu a construção de uma formação política e reforçou a consciência coletiva sobre a educação como importante direito social que anima para a atuação e organização política.

A atenção para a área da educação, se deu, para muitos desses jovens, a partir do contexto em que um conjunto de projetos políticos voltados para a educação tomou grandes proporções no debate público: a medida provisória (MP 746/2016) da Reforma do Ensino Médio, baseada em visão que reproduz ações de segregação (CUNHA, 2017); a PEC 241/2016 (do teto dos gastos públicos), que suspende por vinte anos o financiamento público ao ensino (PINTO, 2016); e os projetos de lei 867/2015 e 193/2016, conhecidos como “Escola sem Partido”, apresentados sob o argumento da limpeza ideológica, apesar de trazer perspectiva ideológica e a gravidade de elementos totalitários ao propor proibição de debates políticos nas escolas (GUILHERME E PICOLI, 2018, p.13-18). Desde então, uma sequência de ações políticas foi engendrada no escopo da reforma do ensino.

Tendo em vista desdobramentos do movimento secundarista de São Paulo, esta pesquisa propõe uma análise qualitativa de três categorias de militância que emergiram da experiência do conflito em questão. Para cada categoria identificada apresento um exemplo empírico correspondente, a saber: a formação do grupo artístico teatral “Coletiva Ocupação”, que reúne jovens de diferentes regiões da cidade de São Paulo; a participação ativa de estudantes em eventos locais de formação e cultura, organizados por moradores de bairros periféricos, como o “Sarau Sete Jovens”, no bairro Jardim Elisa Maria, distrito da Brasilândia, na zona norte da capital paulista; e o ativismo político de ex-secundaristas, que marca histórias de vida e transforma jovens estudantes em figuras públicas na luta pela educação paulista, em especial, nas redes sociais e páginas de internet.

Os três exemplos estudados permitem uma dimensão ampla dos diferentes deslocamentos da luta estudantil a partir das experiências de militância em 2015-2016. O grupo teatral “Coletiva Ocupação” nasceu do encontro entre estudantes e artistas que

participaram de oficinas de teatro, expressão corporal e performance durante as atividades de ocupação de escolas da rede estadual. Em 2016, fez sua primeira apresentação na Casa do Povo (centro cultural de acolhimento de produções de movimentos sociais e coletivos) com a performance “Só me Convidem para uma Revolução onde eu possa Dançar”, e desde então se desenvolve como grupo teatral dedicado a retratar de forma reflexiva a luta estudantil pela educação pública de qualidade e vivências da resistência que marcou o biênio 2015-2016. Há nos trabalhos da Coletiva Ocupação uma clara defesa da escola pública que possa ser mais livre, isto é, uma escola que não seja conservadora, vigilante e punitiva.

A proposta do grupo teatral é expressar o pensamento crítico e a resistência estudantil através do corpo, da dança, e alcançar um público diverso a respeito da necessidade de luta em favor da educação pública paulista. Do ponto de vista do objetivo político do grupo, intenta-se conquistar a opinião pública em favor da resistência estudantil, de modo a obter maior pressão sobre as políticas públicas para a área da educação.

O “Sarau Sete Jovens”, por sua vez, nasceu em 2016 e foi projeto de um estudante do movimento secundarista junto com colegas que haviam ocupado as Fábricas de Cultura Brasilândia e Capão Redondo, no mesmo período das ocupações de escolas em 2016. A iniciativa teve apoio de grupos de moradores do entorno da Praça Sete Jovens, que ficou marcada pela chacina de sete jovens moradores da região da Brasilândia, em 2007. O objetivo dos estudantes era contribuir para a ressignificação do espaço associado à violência e conquistar apoio de moradores do bairro para a causa do movimento contrário às reformas educacionais.

Organizado por cinco estudantes, os eventos ocorreram mensalmente entre 2016 e 2018, com programação voltada para crianças, oferecendo poesia, oficinas de pintura, massa de modelar, grafite, fantoches, dança, música e outras intervenções culturais, além de aulas abertas e rodas de conversa destinadas ao público jovem e adulto. A iniciativa conquistou grupos de moradores do bairro e pais que passaram a frequentar o sarau junto com seus filhos. Os cinco estudantes ex-secundaristas promoveram encontros, reunindo questões e problemas da comunidade do bairro ao debate da educação enquanto prática e meio de transformação social.

Sobre o terceiro objeto empírico, trago a trajetória política de um jovem estudante e ativista em educação e negritude, cuja vivência política começou na igreja evangélica (Batista Água Viva), onde foi seminarista e trabalhou na produção de jornais da

instituição. No período de 2014-2017 atuou como Conselheiro Municipal de juventude de Mauá-SP, função que lhe conferiu habilidades para debater e fiscalizar políticas públicas; em 2015 participou do movimento de ocupações na escola em que estudava, na mesma cidade; e em 2016 participou da ocupação do Centro Paula Souza. Durante sua participação no movimento secundarista, assumiu a função de representante de educação no Conselho Nacional do Ministério Público, na Defensoria Pública e foi um dos representantes dos estudantes na relatoria da ONU, em 2017, período em que sua imagem passou a ser associada à luta da juventude pela educação. Após as ocupações, e assumindo a posição de ativista, atuou com adolescentes em medida socioeducativa na Ação Educativa, manteve trabalhos como fotojornalista e ingressou no curso de Ciências Sociais em uma faculdade privada. Nesse processo, se tornou um dos fundadores do Coletivo Negro Secundarista e um dos idealizadores do Movimento Nós, criado em 2018 com o objetivo de renovação política. No mesmo ano, também planejou pré-candidatura ao cargo de deputado estadual pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), com a proposta de levar adiante pautas da educação.

As diferentes trajetórias destacam-se pelo potencial explicativo para a compreensão da formação de novos repertórios de ação coletiva em torno da educação paulista. Os casos estudados apresentam estudantes ex-secundaristas que concluíram o ensino médio no mesmo período em que participaram das ocupações de escolas, e posteriormente buscaram meios e alternativas para dar continuidade a atuação crítica, contrária ao modelo de educação no estado. Compreendendo-os como formas de resistência, esta pesquisa busca abordar a formação e as trajetórias de ações coletivas e individuais, compreendidas como formas de organização de civis, iniciativas de jovens, que passaram pela experiência das ocupações e que, atualmente, se veem dedicados ao tema da educação, agindo de diferentes formas políticas, seja em coletivos, por meio de ações de militância ou por meio da arte. Junto disso, considera-se o contexto neoliberal enquanto força política e cultural que exerce influência tanto sobre as políticas educacionais quanto sobre as ações de resistência a essas políticas.

Entrevistas semiestruturadas tem sido realizadas com os atores em estudo. A análise do material visa destacar relações entre vivências e percepções das políticas de educação no estado e a formação dos repertórios de ação e resistência (grupos artísticos, coletivos, ativismo), compreendendo o que chamo de deslocamentos da luta pela educação paulista entre atores de uma mesma geração.

Bibliografia

ADRIÃO, T. *Educação e produtividade: a reforma do ensino paulista e a desobrigação do Estado*. São Paulo: Xamã, 2006.

ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Org.) *O público e o privado na educação: interfaces entre Estado e sociedade*. São Paulo, Xamã, 2005.

ALTHEMAN; MARQUES; MARTINO. Comunicação nos movimentos insurgentes: conversações políticas on-line durante a ocupação de escolas em São Paulo. *Compólitica*, Porto Alegre, 10-12 mai. 2017.

ARALDI, E.; ARENDT, R.J.J. As ocupações estudantis e a possibilidade de uma explicação feminista da educação e da aprendizagem. *VII ESOCITE*, Brasília, 05-07 out. 2017.

ARELARO, L.R.G.; JACOMINI, M. A.; CARNEIRO, Silvio R. G. Limitações da participação e gestão “democrática” na rede estadual paulista. *Educação & Sociedade*, vol. 37, n. 137, p. 1143-1158, out.-dez., 2016.

BARBOSA, A. A (des)articulação do Movimento Estudantil (décadas de 80 e 90). *Educação: teoria e prática*, v.10, n.18/19, p.5-14, 2002.

BRINGEL, B. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, vol.11, n.1, 2009.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. Tradução: Mario Antunes Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.

CAMPOS, A.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. *Escolas de luta*. São Paulo: Veneta, 2016.

CARLOS, E; DOWBOR, M; ALBUQUERQUE, M. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas. Balanço do debate e proposições analíticas. *Civitas*, v.17, n.2, p.360-378, maio-ago 2017.

CÁSSIO, F. Nota Técnica: Análise da resposta da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo à Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Rede Escola Pública e Universidade. *Mimeo*, Jun/2016.

CATINI, C. R.; MELLO, G. M. C. Escolas de luta, educação política. *Educação & Sociedade*, vol. 37, n. 137, p. 1177-1202, out./dez. 2016.

CORTI, A.P. CORROCHANO, M.C.; SILVA, J.A. Ocupar e resistir: a insurreição dos estudantes paulistas. *Educação & Sociedade*. [online]. 2016, vol.37, n.137, pp.1159-1176.

COSTA, A. A. F.; GROppo, L. A. (org.) *O movimento de ocupações estudantis no Brasil*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2018.

CUNHA, L. A. Ensino Médio: atalho para o passado. *Educação & Sociedade*, vol. 38, n.139, p.373-384, Campinas, 2017.

DE SORDI, D.; MORAIS, S. P. “Os estudantes ainda estão famintos!”: ousadia, ocupação e resistência dos estudantes secundaristas no Brasil. *Religacion: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, Quito, vol. 1, n.2, p.25-43, Junio.2016.

DUBET, F. O que é uma escola Justa. Tradução de Édi Gonçalves de Oliveira e Sérgio Cataldi. *Cadernos de Pesquisa*, vol.34, n.123, p.539-555, 2004.

DUBET, F. *Sociologie de l'expérience*. Paris: Seuil, 1994

ESPINOSA, L. S. *O neoliberalismo e a educação no Estado de São Paulo: Uma análise da resistência do movimento das ocupações de escolas à reorganização proposta pelo governo*. Dissertação de Mestrado (Curso de Pós-Graduação em Economia Política) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.

GIROTTTO, E. D. *Atlas da rede estadual de educação de São Paulo*. Curitiba: CRV, 2018.

GOULART, D. C.; PINTO, J. M. R.; CAMARGO, R. B. Duas reorganizações (1995 e 2015): do esvaziamento da rede estadual paulista à ocupação das escolas. *ETD: Educação Temática Digital*, vol.19, 2017.

GOHN, M. *Movimentos sociais e educação*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GUILHERME, A. e PICOLI, B. Escola sem Partido – elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt. *Revista Brasileira de Educação*, vol.23, 2018.

IANNI, O. O jovem radical. In: BRITO, S. (Org.). *Sociologia da juventude*. v. 1: Da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p.225-242, 1968.

JUNIOR, A.M. *Movimento estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

KETZER, A. “Lutar também é educar”: o potencial político e educacional do movimento estudantil secundarista brasileiro nas escolas e redes sociais (2015-2016). Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação) Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

KRAWCZYK, Nora. Conhecimento crítico e política educacional: um diálogo difícil, mas necessário. In: KRAWCZYK, Nora (org.). *Sociologia da educação: crítica ao economicismo na política educacional*. São Paulo, SP: Cortez, p. 13-32, 2014.

KRAWCZYK, Nora; FERRETI, Celso. Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 20, p. 33-44, jan./jun. 2017.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina, PR: Planta, 2004.

MARTINS, S. A. As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, Vol. 2, n. 2 (4), agosto-dezembro/2006, p. 113-126. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13539>. Acesso em agosto de 2020.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. Trad. Ana Maria Sallum. *Lua Nova*, n. 76, p. 11-48, 2009 [1996].

MEDEIROS, J.; JANUÁRIO, A.; MELO, R. Sociedade civil, esferas públicas e desobediência civil: uma comparação entre dois movimentos de ocupação de escolas. In: MEDEIROS, J.; JANUÁRIO, A.; MELO, R. (org.) *Ocupar e Resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)*. São Paulo: Editora 34, 2019.

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos. Redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5, p.134-150, maio/ago. 1997.

PATTA, C. Contestando a ordem: um estudo de caso com secundaristas da Zona Leste paulistana. Orient. André Singer. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - FFLCH/USP, São Paulo, 2017.

PIOLLI; PEREIRA; MESKO. A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista. *Crítica Educativa*, Sorocaba, vol. 2, n. 1, p. 21-35, jan./jun. 2016.

RAMOS, R. A. *Movimento autônomo secundarista de São Paulo: conflitos, processos sociais e formação política*. Orient. Élide Rugai Bastos. Tese (doutorado em Sociologia) – IFCH/UNICAMP, Campinas, 2020.

RODRIGUES, J; RIBEIRO, T. Sobre educação formal, não formal e a participação da comunidade escolar durante o período de ocupação das escolas estaduais paulistas em 2015. *Revista de Ciências da Educação*, Americana-SP, vol. XIX, n. 38, p. 133-153, out. 2017.

RODRIGUES, P. P. *Instituto Unibanco e Programa Jovem de Futuro*. Dissertação. Faculdade de Educação, USP, Ribeirão Preto, 2016.

ROMANCINI, R; CASTILHO, F. Novos letramentos e ativismo: aprendizagens formal e informal nas ocupações de escolas em São Paulo. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, vol. 14, n. 26, p. 128-138, jan./jun. 2017.

SAVIANI, D. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. 3ª ed. Revista. Campinas: Autores Associados, 2010.

TAVOLARI, B ; BARBOSA, S. Judiciário e reintegrações de posse de escolas ocupadas: jurisprudência comparativa. In: MEDEIROS, J; JANUÁRIO, A.; MELO, R (Orgs.). *Ocupar e Resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)*. São Paulo: Editora 34, 2019.

TAVOLARI et al. As ocupações de escolas públicas em São Paulo (2015–2016): entre a posse e o direito de manifestação. *Novos Estudos Cebrap*, vol.37, n.2, 2018.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Vol. III, 1987.

TILLY, C. Contentious repertoires in Great Britain. In: MARK, T. (ed.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995.

TRAVITZKI, R. e CÁSSIO, F.L. Tamanho das classes na rede estadual paulista: a gestão da rede pública à margem das desigualdades educacionais. *Educação Temática Digital*. Campinas, vol.19, p.159-183, 2017.

VERGER, A.; NORMAND, R. Nueva Gestión Pública y Educación: Elementos teóricos y conceptuales para el estudio de un modelo de reforma educativa global. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 36, n. 132, p. 573-840, 2015.

XIMENES, S. B. Contra quem os estudantes lutam? As ocupações secundaristas no epicentro das disputas sobre a escola pública. In: MEDEIROS, J; JANUÁRIO, A e MELO, R (Orgs.). *Ocupar e Resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)*. São Paulo: Editora 34, 2019.

XIMENES, S B; MORAES, C. S. V. Políticas educacionais e a resistência estudantil. *Educação e Sociedade*, vol. 37, nº 137, p. 1079-1087, out.-dez., 2016.